

Polêmica sobre mogno leva ministérios a impasse

OESP
2/6/97 A-12
420

*Governo brasileiro
ainda não tem posição
oficial sobre comércio de
espécies ameaçadas*

CRISTIANE SEGATTO

A polêmica sobre a inclusão do mogno na Convenção Internacional sobre Comércio em Espécies Ameaçadas (Cites) leva o governo federal a um impasse. A oito dias da reunião da Organização das Nações Unidas (ONU), os ministérios envolvidos ainda não acertaram a posição oficial que a delegação brasileira levará a Harare, capital do Zimbábue. Os ambientalistas criticam a demora dos órgãos oficiais.

Discussões preliminares, porém informais, indicam que o Brasil apoiará a inclusão da madeira no apêndice II da convenção. A medida não determina o fim do comércio, mas exige controle rigoroso para coibir atividades ilegais. Os ambientalistas apóiam a medida há cinco anos, mas o governo aceitará a adoção a contragosto.

Em novembro, o presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Eduardo Martins, manifestou-se contra a medida ao governo norte-americano. "Reagimos ao precedente aberto pelos Estados Unidos de utilizar a convenção para determinar as regras do comércio", argumentou Martins. "Naquele momento, o governo não achou oportuno porque a medida implica mais burocracia", disse.

Medidas — "O Brasil tomou medidas para proteger o mogno, que não está ameaçado de extinção." Martins chefiará a delegação brasileira em Zimbábue e disse que possivelmente o grupo seguirá ao país africano sem ter uma posição fechada. "Nosso universo de hipóteses inclui votar a favor ou contra", esquivou-se. "Tudo vai depender da observação das delegações latino-americanas e africanas."

Sete entidades ambientalistas que atuam no Brasil, entre elas o

Fundo Mundial para a Natureza (WWF) e o Greenpeace, tentam convencer o governo federal a apoiar a inclusão da madeira na convenção. O grupo enviou um documento no final de abril ao Ministérios do Meio Ambiente e das Relações Exteriores e ao Ibama defendendo essa posição.

Eles informam que duas das maiores importadoras do Reino Unido, principal comprador do mogno brasileiro, apoiaram a medida em correspondências enviadas às entidades. "O Brasil recusa-se a discutir a inclusão do mogno na Cites, mas poderá ser obrigado a cumprir as normas se a medida for aprovada", comentou o coordenador do Programa Amazônia da entidade Amigos da Terra, Roberto Smeraldi.

Origem ilegal — "A Cites não poderá assegurar que os exportadores cumpram critérios de desenvolvimento sustentado, mas evitará a origem totalmente ilegal da madeira", disse Smeraldi.

A proposta de inclusão da madeira no apêndice II foi apresentada em janeiro pelos governos da Bolívia e dos Estados Unidos, respectivamente o principal exportador e o maior importador de mogno em todo o mundo. "Estávamos nos articulando com os países vizinhos para chegar a uma posição comum e definir formas de cooperação técnica e padrões de produção sustentável", comentou

**DEMORA
DOS
ÓRGÃOS
OFICIAIS É
CRITICADA
POR
AMBIENTALISTAS**

Martins. "Os Estados Unidos perceberam isso e nos atropelaram com um acordo com a Bolívia", contou.

Isolamento — Para Smeraldi, o Brasil está isolado e não tem mais condições políticas de colocar-se contra a medida. O ambientalista discorda da hipótese de que os Estados Unidos estejam apoiando medidas restritivas ao comércio do mogno para substituí-lo por madeiras norte-americanas.

"Não conheço nenhuma espécie norte-americana que pudesse ocupar o lugar do mogno no comércio internacional", concluiu Smeraldi. O Itamaraty nega que o País esteja sofrendo pressão norte-americana para aceitar a adoção da medida.